



Relatório de Atividades e Contas 2016



ÍNDICE

I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

Órgãos Sociais	2
1. Introdução	3
2. Áreas de Intervenção	4
3. Atividades Desenvolvidas	4
4. Recursos Humanos	17
5. Atos de Culto Católico	22
6. Área Sociocultural e Recreativa	23
7. Comunicação e Imagem	24
8. Representação e Participações	24
9. Diversos	25

II – CONTAS de 2016

1. Apresentação de Contas	26
2. Proposta de Aplicação de Resultado Líquido	36

III – NOTAS FINAIS

- Notas Finais	37
----------------------	----

ANEXOS:

- Anexo das Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal



❖ Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Reinaldo José Rosa da Silva

Secretários

Joaquim José Gonçalves Cabrita

Joaquim José Lopes Adão

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

Vitor Manuel Gonçalves dos Santos

Vice-Provedor

José Francisco Barroso

Secretário

José Bentes Camarinha

Tesoureiro

Lino Pedro Varela da Encarnação

Vogal

Maria Lucinda Lima Cruz Cabrita

MESA DO CONSELHO FISCAL

Presidente

Joaquim Dimas Neto Varela

Vice-Presidente

José Manuel dos Santos Castro

Secretário

José Francisco Correia Marreiro



I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

e

CONTAS

2016

[Handwritten signatures and initials]
Leticia da

1. Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar vem submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência do exercício de 2016, bem como o respetivo parecer do Conselho Fiscal, órgão de fiscalização.

A apresentação das Contas de Gerência e do Relatório de Atividades, além do cumprimento de uma formalidade legal, permite verificar e avaliar o efetivo desempenho da Misericórdia no cumprimento dos objetivos e, repercute o trabalho desenvolvido ao longo do ano anterior.

Pode-se dizer que as atividades e os objetivos que haviam sido programados para o ano em apreço foram amplamente cumpridos. A Misericórdia por si só, e também com a importante colaboração da Câmara Municipal de Lagoa, da nossa Junta de Freguesia e de outras Entidades deram um contributo muito importante no combate à pobreza, e à exclusão social no apoio aos mais desfavorecidos na nossa área de ação.

A Misericórdia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios humanistas e da doutrina e moral cristãos, ao longo do ano, orientou o seu trabalho na preocupação de alcançar os objetivos direcionados à prática das obras de misericórdia, conjugadas no enfoque que assenta na sua Missão, Valores e Visão.



A sustentabilidade económico-financeira da Misericórdia é sempre a grande preocupação da gestão. Todavia, apesar das contingências a nível financeiro a Misericórdia dentro das suas possibilidades nunca deixou de ajudar a quem lhe bateu à porta

J.H.
Misericórdia

2. Áreas de Intervenção - Ação Social e Saúde / Valências

A Santa Casa da Misericórdia de Estômbar tem em funcionamento os serviços que se indica:

- Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, com capacidade de internamento de 32 utentes;
- Serviço de Apoio Domiciliário com capacidade para 40 utentes;
- Centro de Dia com capacidade para 30 utentes;
- Cantina Social com distribuição de 80 refeições diárias;
- Gabinete de Apoio Social de Proximidade (GASP).

3. Atividades Desenvolvidas

As atividades desenvolvidas nas várias Valências foram desempenhadas com base no que havia sido programado no Plano de Atividades de cada uma delas. O enfoque do nosso trabalho centrou-se na promoção do bem-estar, na humanização, e na qualidade dos serviços que prestamos, tendo sempre presente o respeito da individualidade, da dignidade, personalidade e capacidades de cada um, aliado ao respeito pelas suas opiniões e das famílias, respeito de liberdade religiosa e o direito de serem assistidos por ministro de qualquer culto, ou representante de tendência espiritual.

Assim, em seguida, passamos a apresentar em resumo as atividades desenvolvidas em cada uma das Valências:

- a) **A Unidade de Longa Duração e Manutenção** da Misericórdia é uma resposta integrada da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Presta cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas que, independentemente da idade, se encontram em situação de dependência temporária ou permanente e, tem como objetivo fundamental contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo e contínuo de recuperação e manutenção global dos seus clientes/utentes.

Tem capacidade para 32 camas de internamento e, tem em média as camas ocupadas. Nesta resposta a Instituição tem celebrado Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. e com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro..

O trabalho na Unidade é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar que de acordo com as necessidades e objetivos propostos em reunião de equipa elaboram um plano individual de intervenção para cada cliente/utente.

A Equipa Multidisciplinar da Unidade em cooperação com outros profissionais da Instituição ao longo do ano, assegurou um conjunto de atividades, assentes no contrato programa celebrado com o Estado que tem como objetivos contribuir para o bem-estar e qualidade de vida da pessoa. E, dirigidos a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência, que necessitam de cuidados clínicos, de manutenção e de apoio psicossocial em regime de internamento de longa duração, de harmonia com a legislação em vigor.

Assim neste âmbito, passamos a indicar as principais atividades desenvolvidas na Unidade ao longo do ano:

- Atividades de manutenção e de estimulação;
- Cuidados de enfermagem diários de 24h;
- Cuidados médicos;

- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio psicossocial;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Cuidados de fisioterapia e de terapia ocupacional;
- Animação sociocultural;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- Apoio nas atividades instrumentais de vida diária;

Tendo sempre presente a individualidade, as necessidades e capacidades de cada um, foram também desenvolvidas outras atividades, designadamente:

- Artes plásticas, jogos lúdicos e trabalhos manuais;
- Caminhadas, vários passeios, e saídas;
- Idas à praia nos meses de junho, julho, agosto e setembro (às segundas e quartas feiras);
- Dois almoços nas fontes de Estômbar;
- Na época de Natal visita à Feira de Natal em Lagoa e a vários Presépios locais;
- Visualização de fotografias e filmes na Instituição;
- Alguns clientes/utentes participaram nas Missas mensais;
- Valorização do sentido estético dos clientes/utentes;
- Cuidados nutricionais, com a intervenção de Dietista, na avaliação e controlo alimentar;

- A Psicóloga Clínica e a Assistente Social além do natural apoio psicossocial aos utentes, também deram ao longo do ano este apoio a alguns familiares, nomeadamente de natureza formativa e informativa com vista à manutenção dos cuidados em contexto familiar.
- Também, ao longo do ano, foi feito acompanhamento de utentes a consultas externa e exames em Clínicas e Hospitais;
- A Instituição em cooperação com o Grupo Misericórdias Saúde tem Farmácia sob a direção de farmacêutico e, no âmbito da rede de farmacêuticos da União da Misericórdias Portuguesas;
- A Misericórdia participou no Seminário sobre as Demências no Envelhecimento, no Centro Cultural de Lagos, com um trabalho do Diretor Clínico da Unidade – Dr. Paulo Simões, do Enfermeiro Coordenador da Unidade – Sebastião Pereira e da Enfermeira da Unidade - Joana Domingos.



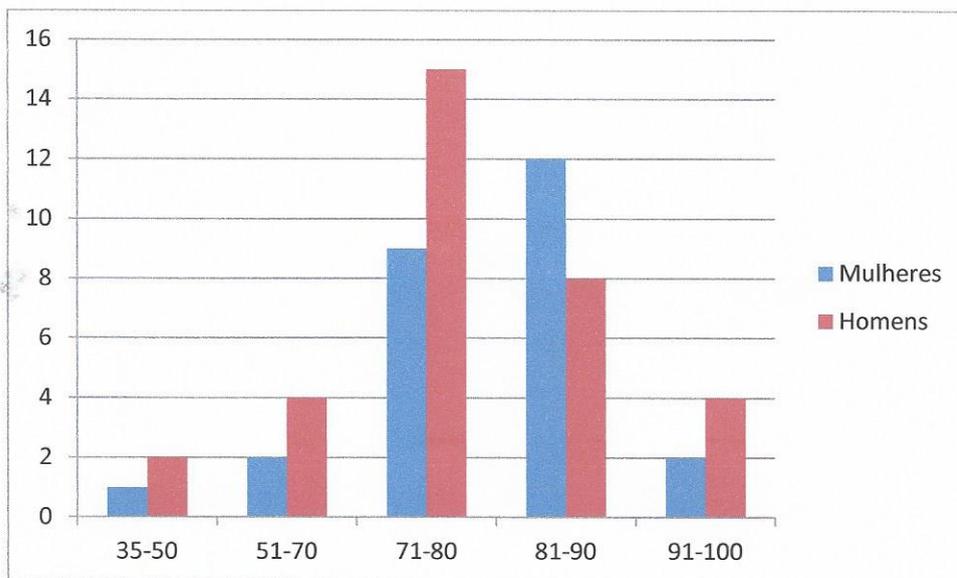
b) **O Serviço de Apoio Domiciliário** da Misericórdia tem capacidade para 40 Utentes. Tem Protocolo celebrado com a Segurança Social para 33 Utentes. Este serviço teve uma média mensal de 40 utentes.

Como se sabe, o Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que proporciona um conjunto de serviços que permite a permanência das pessoas no seu meio, retardando assim, ou evitando a institucionalização desnecessária.

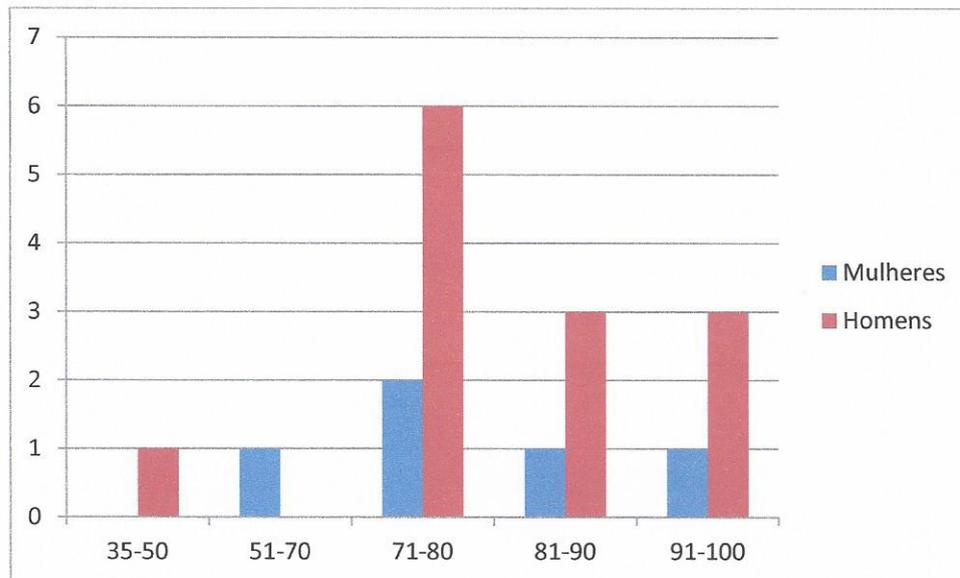
O Serviço de Apoio Domiciliário da Misericórdia, prestou o serviço todos os dias da semana, sábados, domingos e feriados. Forneceu as duas principais refeições (almoço e jantar) com as respetivas deslocações a casa dos clientes/utentes e, quando necessário, auxiliou na tomada das refeições.

O Serviço também prestou apoio e orientação na tomada de medicamentos prescritos pelo médico e, fez o controlo da diabetes aos clientes/utentes com esta patologia. E assim dentro deste contexto, também administrou insulina aos clientes/utentes com esta doença, o que fez com que o Serviço se deslocasse, em alguns casos, 3 ou 4 vezes por dia à casa do Utente.

Número de clientes/utentes que frequentaram o SAD durante o ano de 2016



Número de clientes/utentes que saíram do SAD durante o ano de 2016



Handwritten signatures and notes:
F.H.
D. Almeida
D. Lopes
D. Almeida

Esta resposta social da Misericórdia, além de prestar os cuidados e serviços contemplados nos normativos para esta valência, assegurou um conjunto específico de serviços, nomeadamente:

- Acompanhamento ao exterior para consultas médicas nos Centros de Saúde e Hospitais e exames em Clinicas;
- Compras de bens e de géneros necessários ao dia-a-dia, compras de medicamentos e pagamentos de serviços.
- A Animadora acompanhou alguns clientes/utentes nas suas residências, em atividades lúdicas;
- Alguns clientes/utentes do SAD também participaram:
 - Nas atividades realizadas na Sede da Instituição, nomeadamente, nas datas festivas marcantes;
 - Nas Missas mensais na Igreja da Misericórdia;

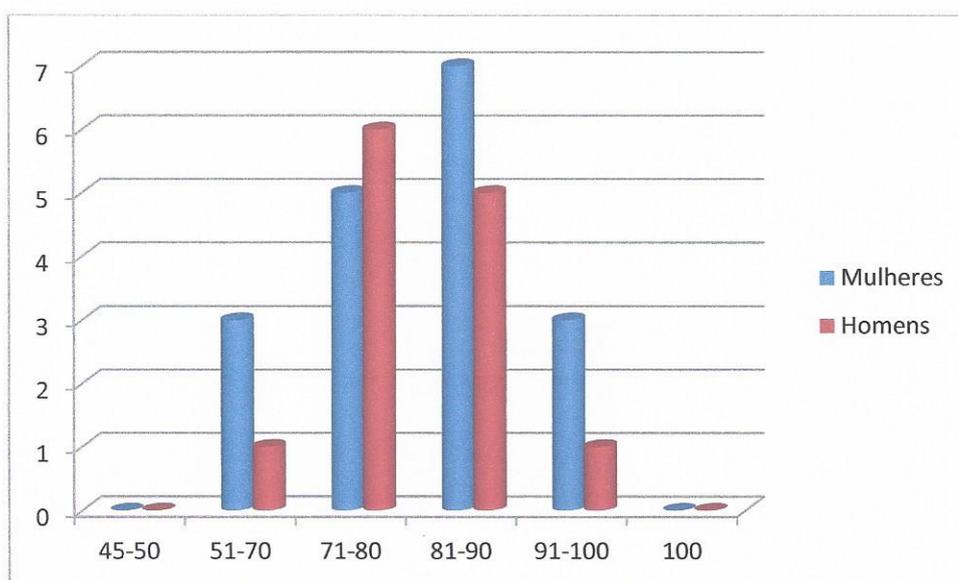
- Em vários passeios e saídas, nomeadamente, à praia nos meses de Junho, Julho e Agosto; almoços nas fontes de Estômbar; Feira anual de Portimão no mês de novembro.

- Na ginástica realizada na Sede da instituição duas vezes por semana.

c) **O Serviço de Centro de Dia** da Instituição tem capacidade para 30 utentes. O acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro abrange somente 15. Este serviço teve uma média mensal de 21 clientes/utentes.

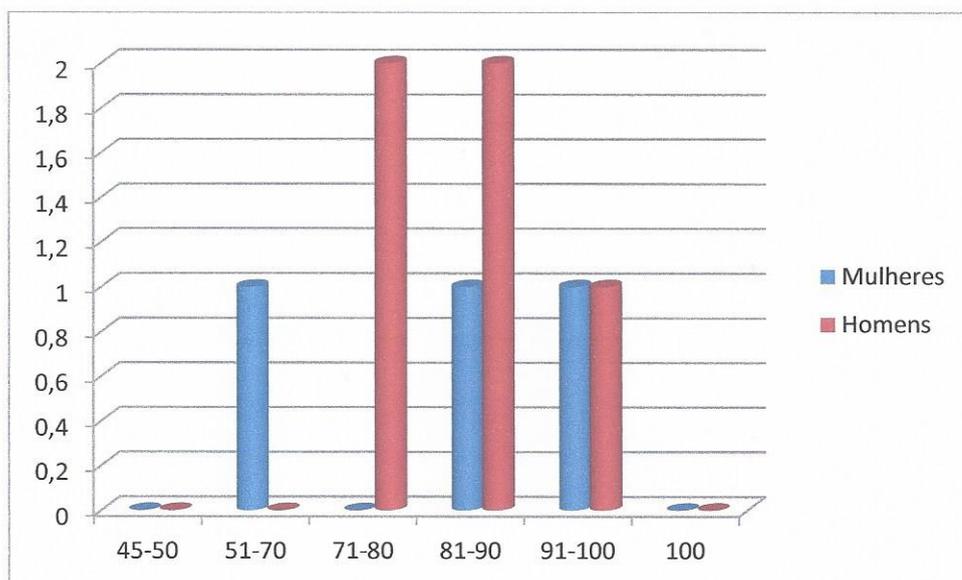
Esta resposta social da Misericórdia tem como objetivo a prevenção da autonomia das pessoas, a prevenção de situações de dependência e, permite ao mesmo tempo a permanência das pessoas nas suas casas, evitando a institucionalização desnecessária.

Número de clientes/utentes que frequentaram o CD durante o ano



*H. J. ...
...
...
Leucanda*

Número de clientes/utentes que saíram durante o ano



Assim, neste contexto, a Misericórdia procurou prestar um conjunto de serviços de qualidade com enfoque no bem-estar do cliente/utente para que permita a permanência no seu meio habitual.

Respeitando sempre a dignidade, individualidade e a personalidade de cada um, esta Valência proporcionou um conjunto de serviços dos quais se destaca:

- A alimentação, com pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar;
- Cuidados nutricionais, com a intervenção de Dietista, na avaliação e controlo alimentar;
- Cuidados de Higiene e conforto (Esteticismo, manicure, pedicure, massagens, etc.)
- Acompanhamento ao exterior para consultas médicas nos Centros de Saúde e Hospitais e análises e exames médicos em Clinicas;

- Deu apoio e orientação na tomada de medicamento prescritos pelo médico e, fez o controlo da diabetes aos clientes/utentes com esta patologia. Fez também a administração de insulina com o apoio do Enfermeiro de serviço.
- Deu apoio nas rotinas diárias com o objetivo de estimular e aumentar a autoestima e a sua capacidade de perceção;
- Ao longo do ano fez-se atividades plásticas, cognitivas e culturais;
- Foi feita visualização de filmes na Instituição;
- Foram feitos passeios e saídas, nomeadamente, de comboio a Lagos, visita à Feira anual de Portimão; na época de Natal visita à Feira de Natal em Lagoa e a vários Presépios locais;
- Nos meses de junho, julho, agosto e setembro fomos à praia com os nossos clientes/utentes;
- Foi feito dois Almoços nas fontes de Estômbar;
- Comemoração dos Santos Populares com sardinhada e baile;
- Almoço de Verão na Instituição com baile;

Praia às segundas e quartas-feiras



f.h.
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]



Passeio de Comboio a Lagos

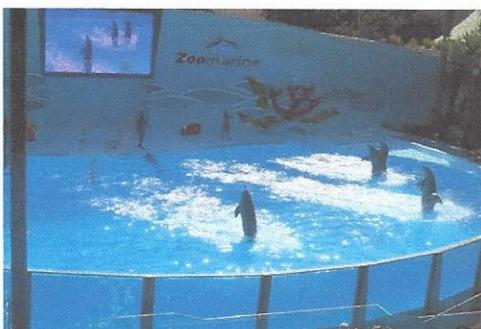


Passeio á Ria D'Alvor

Visita à Feira de S. Martinho



Visita ao Zoomarine



Visita ao Presépio de Lagoa



Almoços nas Fontes



Handwritten signatures and notes:
J.M.
Almoço
R. M.
Luzia Mendes

Também ajuda-se e come-se gelado



A ginástica teve lugar 2 vezes por semana na Instituição terça e quinta-feira. Esta atividade abrange todas as Valências e teve o apoio da Câmara Municipal de Lagoa com a disponibilização do professor de ginástica.



Foi ministrada pelos Enfermeiros da Instituição a vacinação anual a clientes/utentes do Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia. E, nas várias situações de emergência, e outras, os utentes do Centro de Dia foram assistidos de imediato pelos Enfermeiros de serviço na Instituição. Também foi prestado em situações pontuais assistência de Enfermagem a clientes/utentes do SAD.

No plano externo, a Misericórdia em parceria e colaboração com outras entidades continuou a desenvolver um conjunto de políticas de intervenção social de proximidade nos domínios de combate à pobreza e à exclusão social, através de várias intervenções, nomeadamente:

- a) **Cantina Social** – Esta resposta é direcionada a famílias expostas ao fenómeno do desemprego; famílias com filhos a cargo; pessoas idosas com baixos rendimentos, pessoas com deficiência e com dificuldades em ingressar no mercado de trabalho.

A Cantina Social constitui uma resposta às necessidades alimentares das pessoas e, a Misericórdia, esforçou-se para que ninguém, do seu conhecimento e de sua livre vontade, tivesse ficado sem comer durante o dia.

Neste ano de 2016, o Protocolo com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro abrangeu o fornecimento de 80 refeições diárias, sete dias por semana, duas vezes por dia. A Misericórdia forneceu 28 574 refeições, com a média mensal de 2 381 e de 78 diárias.

- b) **O Fundo de Emergência Social (FES)** é uma resposta social da Câmara Municipal de Lagoa que em parceria com a Misericórdia se deu continuidade à política de intervenção social de proximidade, nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social. Permitiu dar apoio a pessoas e famílias que se encontravam em certo momento da sua vida em situação de carência económica emergente.

Trata-se de um Fundo de Emergência de apoio pontual e extraordinário que se baseia em princípios de solidariedade e de cidadania. Este apoio social e económico é constituído por: - alimentação em géneros e refeições quentes;

comparticipação em despesas de saúde e pagamento de dívidas inerentes ao consumo doméstico de eletricidade e gás e, em situações excepcionais - ajudas técnicas e consultas de especialidade e também neste ano inclui despesas de transporte para consultas/outras necessidades e pagamento de dívidas de água. Assim, por intermédio da Câmara Municipal no âmbito deste Protocolo anual de Cooperação, a Misericórdia no ano de 2016, atribuiu apoios que rondam os 10.000€.

- c) **O Gabinete de Apoio Social de Proximidade de Estômbar** - GASPEstômbar, é outra resposta social da Câmara Municipal de Lagoa que em parceria com a Misericórdia deu apoio em visitas domiciliárias e aconselhamento, atendimento personalizado e dinamizou o cartão Lagoa/Social.
- O GASP ao longo do ano apoiou e encaminhou pessoas com dificuldades a ter acesso aos serviços e apoios sociais colocados à sua disposição quer por o Município quer pelo Estado.
- d) **Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve/Delegação de Portimão** - A Misericórdia através de acordo celebrado com o Banco Alimentar fez distribuição de produtos frescos – frutas e hortícolas a pessoas com necessidades económicas. A Instituição foi também beneficiária destes produtos para consumo interno.
- A Instituição também participou e continua a participar na Campanha Papel por Alimentos.
- e) **A Santa Casa da Misericórdia de Estômbar** ao longo do ano, cumprindo a sua missão e corporizando as Obras de Misericórdia, continuou e, nunca deixou de fornecer uma refeição quente a quem entrou com fome pelos seus portões adentro.
- f) **A Misericórdia** também, no âmbito das ajudas técnicas, ao longo do ano emprestou diverso material à Irmandade e população em geral.

4. Recursos Humanos

a) A Instituição regula as relações de trabalho com os seus colaboradores conforme o acordo assinado com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e outros, publicado no respetivo Boletim do Trabalho.

b) Quadro de Pessoal

Efetivo:

1	Técnico de Serviço Social/Diretor Técnico
1	Enfermeiro/Coordenador
5	Enfermeiros
2	Administrativos
1	Chefe de Serviços
1	Animador Sociocultural
1	Encarregado Geral
1	Encarregado de Setor
2	Cozinheiros
2	Ajudantes de Cozinha
3	Ajudante de Apoio Familiar
3	Ajudante de Lar e Centro de Dia
6	Auxiliar de Ação Médica
19	Auxiliar de Serviços Gerais

[Handwritten signatures and initials]

Em regime de prestação de serviços

1	Médico
1	Médico Fisiatra
1	Farmacêutico
1	Enfermeiros
1	Psicólogo Clínico
1	Fisioterapeuta de Reabilitação
1	Terapeuta Ocupacional
1	Dietista

Em colaboração com a Câmara Municipal de Lagoa

1	Professor de Educação Física
---	------------------------------

c) Formação

Continuamos com a política de valorização das competências dos nossos colaboradores. Assim, foi ministrada formação na Instituição e no exterior, conforme se indica:

Interna:

- Maus Tratos
- Controlo e Registo de Substâncias Controladas
- Cuidados com Utentes portadores de HIV
- Cuidados Pós-Morte

Externa:

- Formação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
- Sensibilização para a Deficiência Visual
- Curso Básico de Cuidados Paliativos Pediátricos
- Cuidar da Pessoa com Diabetes
- Formação para Observadores e Coordenadores do CPBCI
- Peso Saudável (Pesa, Enumera, Soma e Opta-Saudável)
- Infecções Predominantes e antibacterianos mais prescritas na RNCCI do Algarve – Conhecer para melhorar

d) Ensino

No ano de 2016, a Instituição recebeu 4 alunos do 1º. Ciclo de Estudos em Enfermagem da Escola Superior de Saúde Jean Piaget – Algarve, para efetuarem Ensino Clínico: Fundamentos de Enfermagem – 2º. Ano, na sua Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção.

c) Avaliação de satisfação

Mais uma vez foi feita a avaliação da satisfação dos colaboradores da Misericórdia através de questionários em suporte de papel. Esta avaliação é um instrumento importante para a gestão porque permite qualificar e quantificar a motivação dos colaboradores em relação ao trabalho que desempenham na Instituição e, ajustar a estratégia de recursos humanos de modo a que todos se sintam como fazendo parte do todo e contribuam para o sucesso da Misericórdia.

A amostra é de um universo de 48 trabalhadores efetivos. Responderam ao questionário 46.

O grau de satisfação foi dado segundo a seguinte escala:

1. Muito Insatisfeito
2. Insatisfeito
3. Nem Satisfeito Nem Insatisfeito
4. Satisfeito
5. Muito Satisfeito

Handwritten signatures and text:
F.H.
Marta
R. Lins
Leuiminda

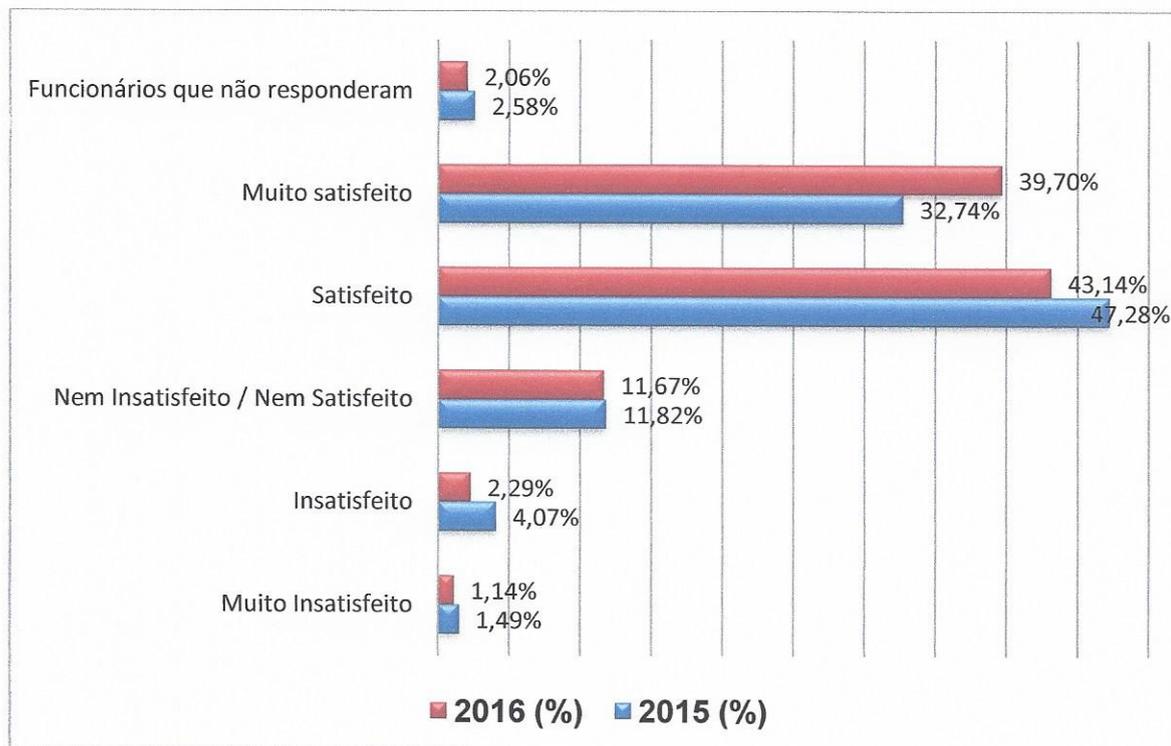
Questionário

1. Organização do serviço onde trabalha
2. Funcionamento do serviço onde trabalha
3. Ajuda, colaboração e cooperação entre colegas de trabalho
4. Clima de relação com os seus colegas de trabalho
5. Satisfação em relação ao trabalho que realiza
6. O que acha do plano de Cuidados aos utentes
7. Qual o seu equilíbrio emocional no ambiente de trabalho
8. Como é o trabalho em equipa
9. Horário de trabalho
10. Remuneração
11. Formação recebida
12. Perspetivas de promoção
13. Tem informação necessária ao bom desempenho das suas funções
14. Canais de comunicação existentes (Ex.: Informações/notas internas, etc)
15. Qual o seu grau de Motivação
16. Conta com o apoio e ajuda por parte da Chefia direta
17. Conta com o apoio e ajuda por parte da Chefias de Topo
18. Considerando todos os aspetos do seu trabalho e da sua vida nesta Organização está
19. Como classifica a implementação da Avaliação dos colaboradores na Instituição

Resultados globais

Item	Total de Itens nas 19 Questões	Total dos itens a dividir pelo total de questões (19) %
Muito Insatisfeito	10	1,14%
Insatisfeito	20	2,29%
Nem Insatisfeito / Nem Satisfeito	102	11,67%
Satisfeito	377	43,14%
Muito satisfeito	347	39,70%
Funcionários que não responderam	18	2,06%
Total	874	100%

Visão global da Comparação dos anos - 2015/2016



H.M.
J.M.H.
R. Silva
Sec. Geral

5. Atos de Culto Católico

De harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristã, com a colaboração do Pároco da Comunidade da Paróquia de Estômbar, foi celebrado mensalmente Missa na Igreja da Misericórdia dirigida aos utentes, Irmãos e população em geral.

Também, ao longo do ano foi dado apoio espiritual e sacramentos aos doentes internados na Unidade de Cuidados da Misericórdia e clientes/utentes do Centro de Dia e SAD.

Neste ano de 2016, com a ajuda e colaboração do Sr. Padre, Dr. Miguel Ângelo, Pároco da Comunidade da Paróquia de Estômbar, retomou-se a tradição cristã na Misericórdia de Estômbar com as celebrações da Semana Santa a partir da Igreja da Misericórdia.



No Domingo de Ramos foi efetuado a Bênção dos Ramos na Igreja da Misericórdia.

Também, nesta época pascal foi efetuada uma visita aos doentes, pelo Pároco Dr. Miguel Ângelo, acompanhado por um grupo de jovens da Paróquia, bem como uma visita pelos jovens no âmbito das Jornadas da Juventude.

Contou-se também com a colaboração do Coro da Misericórdia nos atos litúrgicos.

6. Área sociocultural e recreativa:

- Mais um ano realizou-se o **“Concerto de Natal”** na Quadra Natalícia que mais uma vez contou com a colaboração do - Grupo Coral Adágio e com a especial colaboração do Grupo Coral da Misericórdia.
- Também, o Grupo Coral da Misericórdia participou nas festividades da Instituição e, ao longo do ano teve com sucesso várias saídas de atuação em Misericórdias e Instituições para onde foi convidado.
- Durante o ano foram assinaladas as datas festivas marcantes com atividades e animação inerentes a cada data.
- Os aniversários dos clientes/utentes da Unidade e do Centro de Dia foram sempre comemorados na Instituição.



7. Comunicação e Imagem

Em Agosto/2016, foi dinamizado o sítio institucional da Misericórdia com o Website: <http://www.scmestombar.pt/>, com informação útil e documentos de consulta de funcionamento da Instituição, nomeadamente, publicação de contas e de planos e relatórios de Atividades. Com esta ferramenta pretende-se de forma aberta e transparente dar conta de: “o que fazemos” e “como fazemos”.

Na mesma data foi também criada uma página de facebook - <https://www.facebook.com/scmestombar> - onde regularmente temos vindo a publicar e a dar conta das atividades que fazemos com os nossos clientes/utentes.

A Misericórdia tem à disposição correio eletrónico como meio de comunicação, com o seguinte endereço:- geral scmestombar@hotmail.com, e Mesa Administrativa ma.scmestombar@hotmail.com.

Também, temos vindo a enviar à Irmandade as convocatórias das Assembleias Gerais.

8. Representação e Participações

- Os Órgãos Sociais representaram a Misericórdia no XII Congresso Nacional das Misericórdias nos dias 2, 3 e 4 de junho de 2016, na cidade do Fundão;
- Em 25 de junho de 2016, a Misericórdia de Estômbar esteve representada na Peregrinação Nacional a Fátima que assinalou o Ano Santo da Misericórdia;
- Ao longo do ano a Mesa Administrativa foi representada pelo Provedor e pelo Secretário da Mesa Administrativa nas diversas reuniões de trabalho com colaboradores, entidades e parceiros;



R. Lopes

JH
7
Leucíndes

- A Santa Casa da Misericórdia participou nas reuniões de trabalho do Secretariado Regional do Algarve da União da Misericórdias Portuguesas;
- A Misericórdia participou também nas Assembleias Gerais da União da Misericórdias Portuguesas, em Fátima;
- O Provedor representou a Misericórdia em todos os atos e cerimónias em que foi convidada a estar presente;
- A Instituição foi representada nos Grupos de Trabalho do CLAS – Conselho Local de Ação Social pela Assistente Social;
- A Diretora Técnica e o Enfermeiro Coordenador da Unidade participaram em várias reuniões de trabalho com os familiares dos clientes/utentes, trabalhadores e com as diversas entidades no âmbito das suas competências.

9. Diversos

1. O Compromisso da Irmandade depois de devidamente aprovado, nos termos da lei, foi registado na Direção-Geral da Segurança Social e no Instituto de Registos e do Notariado.
2. A Camara Municipal de Lagoa e a Junta de Freguesia de Estômbar colaboraram no apoio logístico às diversas atividades levadas a cabo pela Misericórdia ao longo do ano.
3. A Irmandade é constituída por 223 Irmãos.



II – CONTAS de 2016

1. Apresentação de Contas de Gerência

À Semelhança dos anos anteriores, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar apresenta à Irmandade para análise, discussão e aprovação as contas de Gerência referentes ao exercício do ano económico de 2016.

O suporte base financeiro da Misericórdia assenta nas comparticipações do Estado através dos acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., - Centro Distrital de Faro para as Valências: - de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Cantina Social, em conjunto com Administração Regional de Saúde do Algarve para a Unidade de Longa Duração e Manutenção. A Misericórdia contou também com as respetivas comparticipações dos clientes/utentes e, do subsídio da Câmara Municipal de Lagoa através de Protocolo de Cooperação celebrado com a Instituição.

Também, tal como em anos anteriores, recebeu o subsídio anual da Junta de Freguesia de Estômbar e contou com vários donativos.

A Misericórdia não apresenta dívidas ao Estado e, perante a Segurança Social encontra-se em situação regularizada.

As Contas foram elaboradas pelo *Gabinete de Contabilidade e Fiscalidade- ALICONFIS*, de acordo com os critérios e regras do Código de Contas, inserido no contexto do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

F. H. [Signature]
B. [Signature]
[Illegible text]



Finalmente, passamos a apresentar as contas do exercício, constituídas pelos seguintes documentos:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Natureza
- Demonstração dos Resultados por Natureza / Por Valência
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo

H. J. [illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]



SANTA CASA M. ESTOMBAR
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

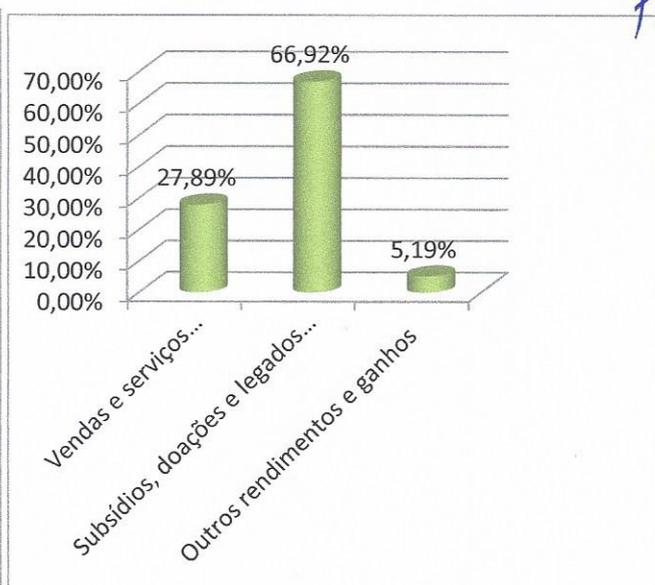
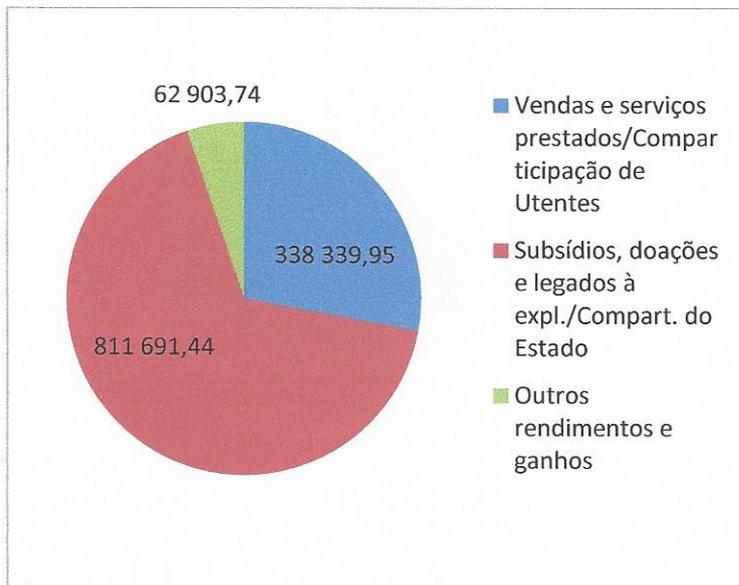
Contribuinte: 501417443

Moeda: (Valores em Euros)

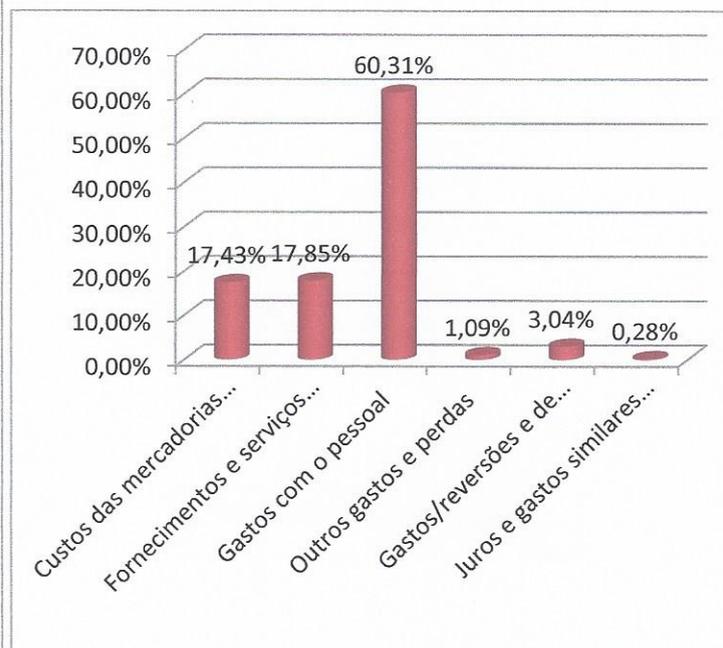
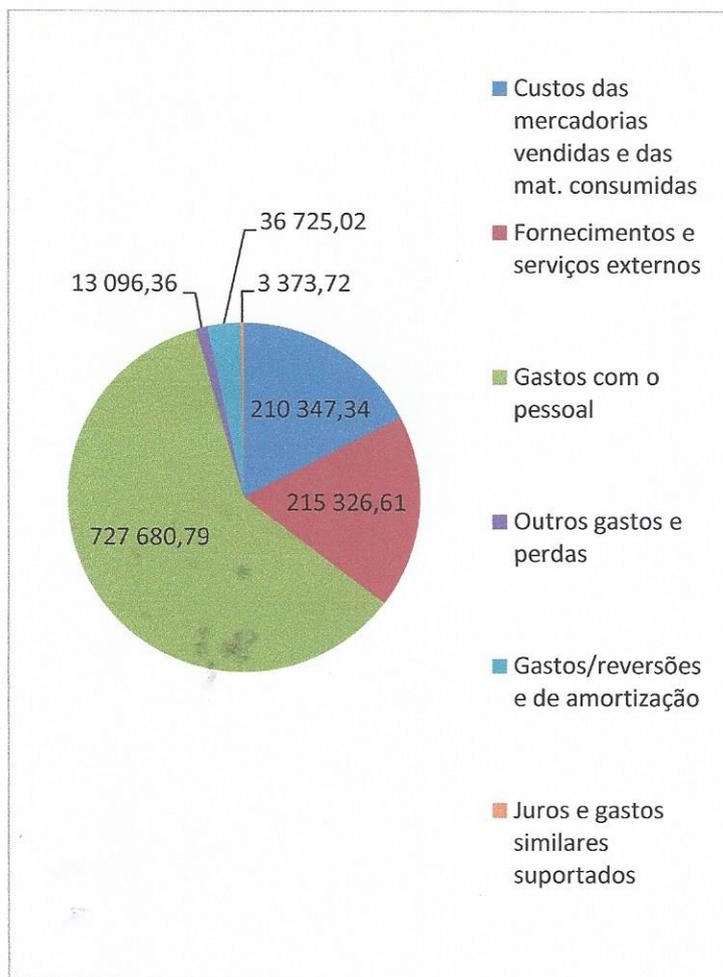
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 169 842,76	1 198 855,04
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 770,80	1 417,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1 171 613,56	1 200 272,59
Activo corrente			
Inventários	7	3 567,88	1 570,00
Clientes	11.2	25 507,75	24 901,15
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.8	6 015,67	25,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	11.4	92 153,91	87 982,52
Diferimentos	11.3	3 109,14	1 599,37
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	47 261,48	47 969,24
		177 615,83	164 047,88
Total do activo		1 349 229,39	1 364 320,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.6	320 645,98	284 737,20
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	785 633,80	808 972,80
		1 106 279,78	1 093 710,00
Resultado líquido do período		6 385,29	35 908,78
Total do fundo de capital		1 112 665,07	1 129 618,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	6	25 235,71	36 741,43
Outras contas a pagar		63 084,74	63 084,74
		88 320,45	99 826,17
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	37 713,39	33 207,93
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.8	30 221,28	30 866,54
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	11.9	80 309,20	70 801,05
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		148 243,87	134 875,52
Total do passivo		236 564,32	234 701,69
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 349 229,39	1 364 320,47

Handwritten signature and text:
 4/7/2018
 Paula
 R. L.
 Recebida

RENDIMENTOS



GASTOS



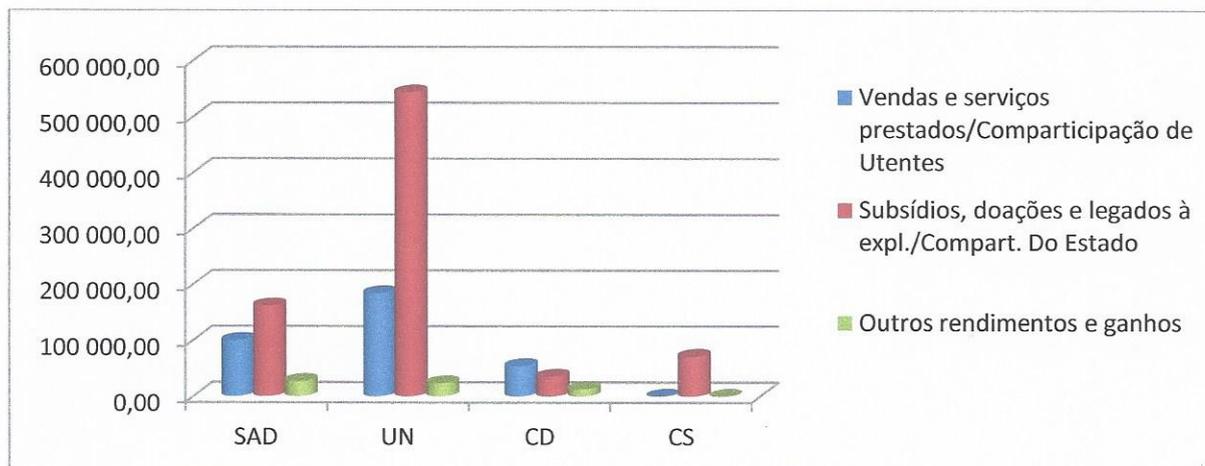


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (VALÊNCIAS)
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

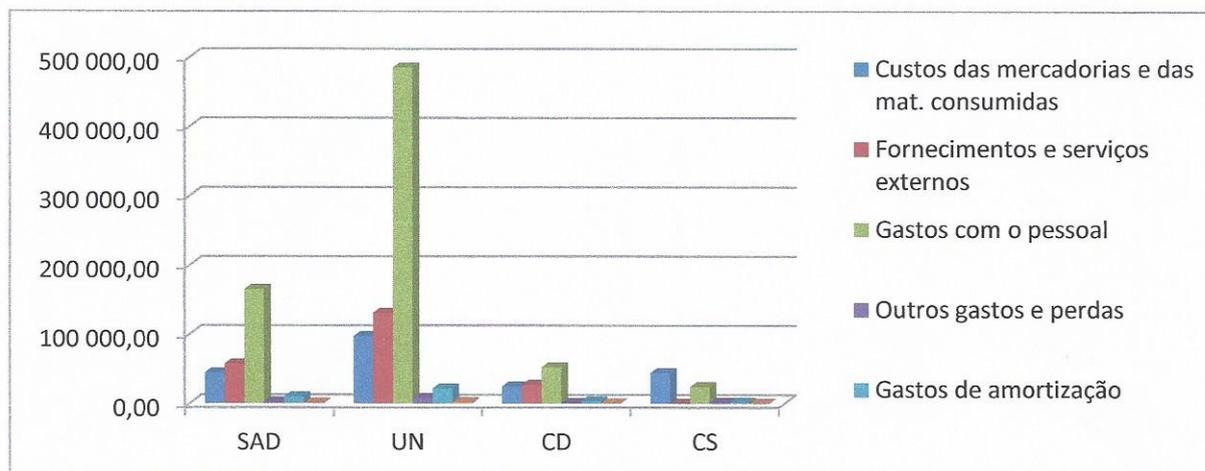
RENDIMENTOS E GASTOS	Serv. Apoio	Unidade	Centro	Cantina	Resultado
	Domiciliário	LDM	Dia	Social	31/12/2016
Vendas e serviços prestados/Comparticipação de Utentes	100 046,54	184 082,55	54 139,10	71,76	338 339,95
Subsídios, doações e legados à expl./Compart. do Estado	161 490,91	543 416,69	35 348,84	71 435,00	811 691,44
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-44 165,02	-97 481,18	-24 536,12	-44 165,02	-210 347,34
Fornecimentos e serviços externos	-57 287,88	-131 304,38	-26 734,35	0,00	-215 326,61
Gastos com o pessoal	-165 295,51	-485 759,22	-52 402,10	-24 223,96	-727 680,79
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26 977,20	23 298,49	12 628,05	0,00	62 903,74
Outros gastos e perdas	-2 488,31	-8 250,71	-785,78	-1 571,56	-13 096,36
Result. antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	19 277,93	28 002,24	-2 342,36	1 546,22	46 484,03
Gastos/reversões e de amortização	-9 915,76	-21 667,76	-3 305,25	-1 836,25	-36 725,02
Result. operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9 362,17	6 334,48	-5 647,61	-290,03	9 759,01
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-944,64	-1 821,81	-337,37	-269,90	-3 373,72
Resultados antes de impostos	8 417,53	4 512,67	-5 984,98	-559,93	6 385,29
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8 417,53	4 512,67	-5 984,98	-559,93	6 385,29

H. [Signature]
[Signature]
[Signature]

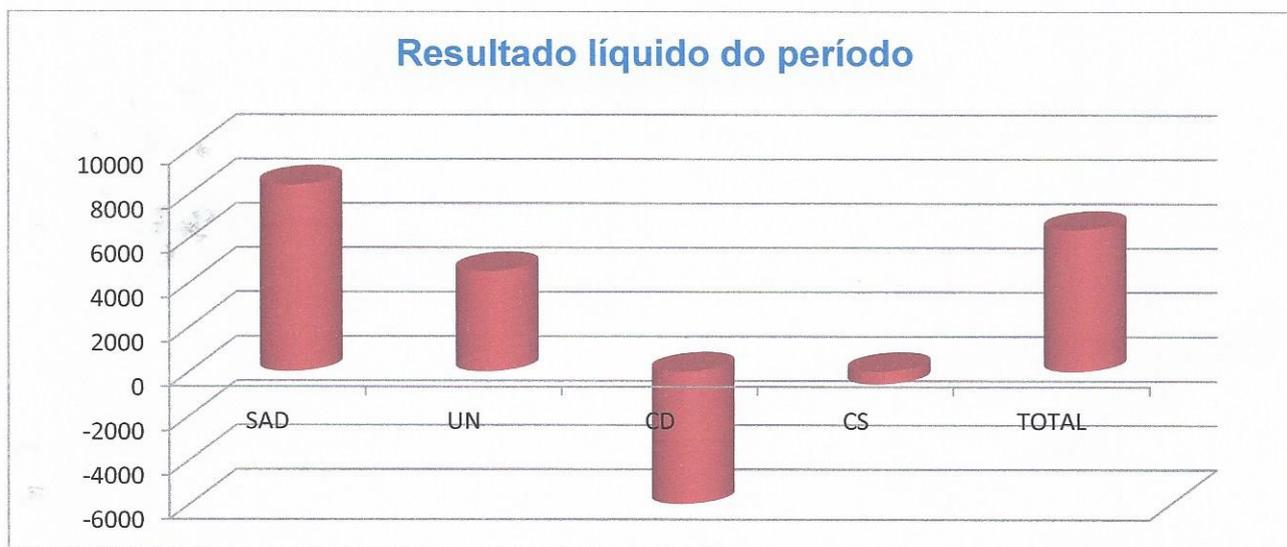
RENDIMENTOS POR VALÊNCIAS



GASTOS POR VALÊNCIA



Resultado líquido do período

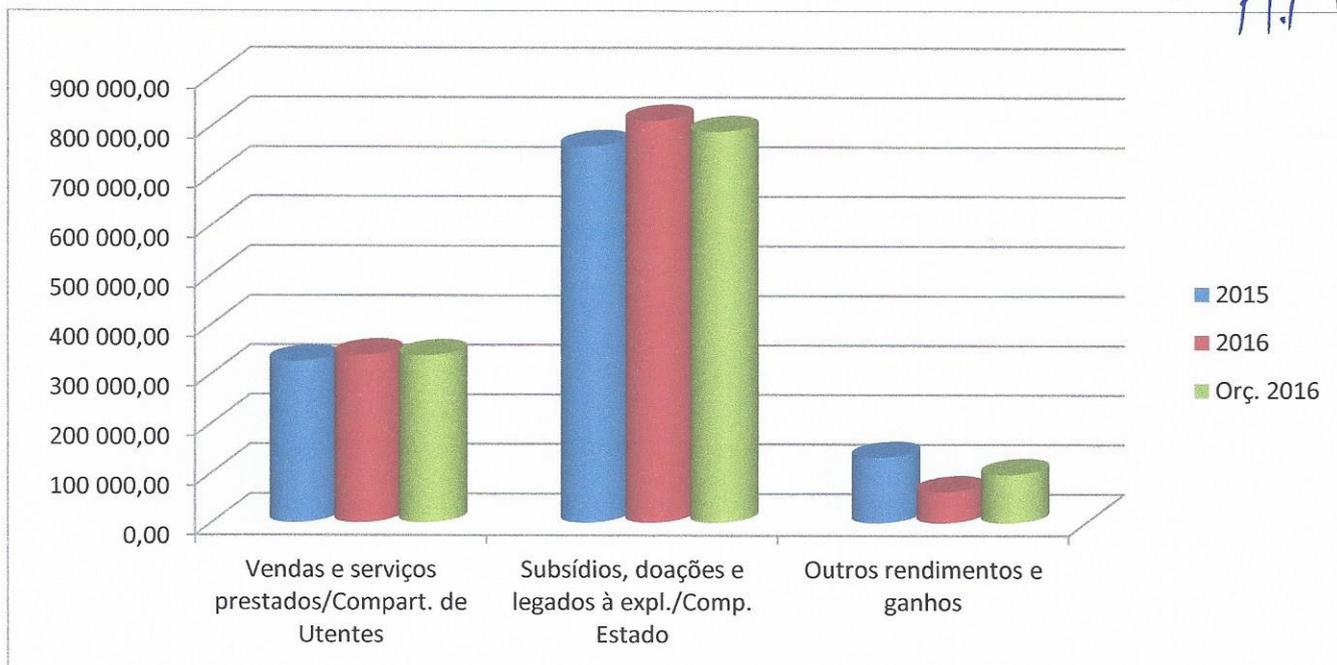


COMPARAÇÃO DE RESULTADOS/ORÇAMENTO

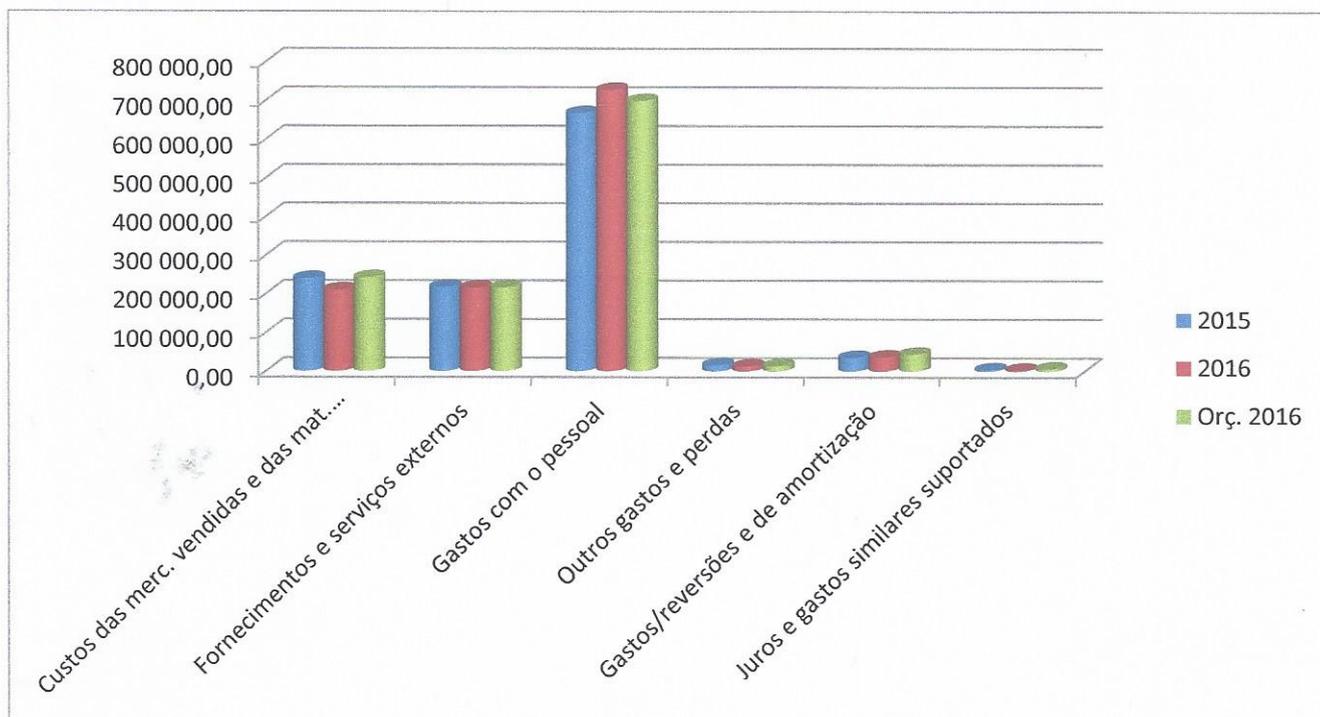
RENDIMENTOS E GASTOS	Resultado	Resultado	Variação anual		Orçamento	Desvio Orçamental	
	2015	2016	Valor	%	2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados/Compart. de Utentes	325 619,22	338 339,95	12 720,73	3,91%	337 100,00	1 239,95	0,37%
Subsídios, doações e legados à expl./Comp. Estado	760 079,18	811 691,44	51 612,26	6,79%	789 200,00	22 491,44	2,77%
Variação nos inventários da produção							
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das merc. vendidas e das mat. consumidas	-240 443,52	-210 347,34	-30 096,18	-12,52%	-242 500,00	-32 152,66	-15,29%
Fornecimentos e serviços externos	-217 591,87	-215 326,61	-2 265,26	-1,04%	-216 500,00	-1 173,39	-0,54%
Gastos com o pessoal	-668 169,51	-727 680,79	59 511,28	8,91%	-699 319,71	28 361,08	3,90%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00			0,00		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00			0,00		
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00			0,00		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00			0,00		
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00			0,00		
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00			0,00		
Outros rendimentos e ganhos	131 956,70	62 903,74	-69 052,96	-52,33%	97 700,00	-34 796,26	-55,32%
Outros gastos e perdas	-15 811,29	-13 096,36	-2 714,93	-17,17%	-13 800,00	-703,64	-5,37%
Result. antes de depre., gastos de financ. de impostos	75 638,91	46 484,03	-29 154,88	-38,54%	51 880,29	-5 396,26	-11,61%
Gastos/reversões e de amortização	-35 440,05	-36 725,02	1 284,97	3,63%	-44 200,00	-7 474,98	-20,35%
Result. operacional (antes de gastos de financ. e imp.)	40 198,86	9 759,01	-30 439,85	-75,72%	7 680,29	12 871,24	131,89%
Juros e rendimentos similares obtidos	3,41	0,00	-3,41	0,00%	200,00	-200,00	
Juros e gastos similares suportados	-4 293,49	-3 373,72	-919,77	-21,42%	-6 500,00	-3 126,28	-92,67%
Resultados antes de impostos	35 908,78	6 385,29	-29 523,49	-82,22%	1 380,29	5 005,00	78,38%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	35 908,78	6 385,29	-29 523,49	-82,22%	1 380,29	5 005,00	78,38%

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS/ORÇAMENTO

RENDIMENTOS



GASTOS





SANTA CASA M. ESTOMBAR
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		383 185,29	407 147,42
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		424 694,83	464 757,23
Pagamentos ao pessoal		722 834,34	661 031,22
Caixa gerada pelas operações		-764 343,88	-718 641,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		767 390,36	743 668,55
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 046,48	25 027,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		2 393,55	14 865,07
Juros e gastos similares		1 360,69	807,23
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-3 754,24	-15 672,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-707,76	9 355,22
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		47 969,24	38 614,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		47 261,48	47 969,24

Ao presente Relatório, apensamos o Anexo das Demonstrações Financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

2. Proposta de Aplicação de Resultado Líquido:

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido Positivo de **6 385,29€** (*seis mil trezentos e oitenta e cinco euros e vinte nove cêntimos*) seja transferido para a Conta 56 - Resultados Transitados.

III - Notas Finais

R. Lopes
Recebeu

No momento de submeter à apreciação e aprovação desta Assembleia Geral de Irmãos o presente Relatório de Atividades e as Contas respeitantes ao ano 2016, a Mesa Administrativa não quer deixar passar este momento sem agradecer a todos aqueles que ajudaram esta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar.

Especialmente a todos os membros dos órgãos sociais pelo trabalho e o apoio prestado. Queremos também deixar um agradecimento ao Grupo Coral da Misericórdia.

Um agradecimento especial à Camara Municipal de Lagoa, à Junta de Freguesia de Estômbar/Parchal e, a todas as entidades do Estado, nomeadamente, o Instituto de Segurança Social, I.P., - Centro Distrital de Faro e à Administração Regional de Saúde do Algarve pelo apoio prestado.

A Mesa Administrativa quer também deixar uma palavra de reconhecimento aos Trabalhadores da Misericórdia, pela competência, sentido de responsabilidade, exemplar postura pessoal, e pela disponibilidade e dedicação ao serviço e ao bem-estar dos nossos Clientes/Utentes. Pois a sua contribuição foi muito importante para que as atividades e os resultados aqui mencionados tenham sido possíveis alcançar. Com o esforço de todos, e de cada um em particular, ajudaram a prestigiar o nome desta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar.

A Mesa Administrativa, por fim, propõe um voto de pesar pelos Irmãos, Benfeitores e Amigos desta Santa Casa da Misericórdia falecidos neste ano.



À consideração da Assembleia Geral,

Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 31 de Março de 2017

A MESA ADMINISTRATIVA,

O Provedor, *António Manuel dos Santos*
O Vice-Provedor, *João Francisco Barros*
O Secretário, *Paulo António*
O Tesoureiro, *António*
O Vogal, *Leonor Conceição Pereira Cabrita*

**ASSEMBLEIA GERAL
APROVADO**

Em, 31 de Março de 2017

O Presidente da Assembleia Geral,

Reinaldo José Rosa da Silva

ANEXOS

1 - Anexo das Demonstrações Financeiras

2 – Parecer do Conselho Fiscal

SANTA CASA M. ESTOMBAR

Anexo

31 de Março de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:..	12
5	Activos Fixos Tangíveis.....	14
6	Custos de Empréstimos Obtidos	14
7	Inventários	15
8	Rédito	15
9	Benefícios dos empregados.....	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
11	Outras Informações.....	17
11.1	Investimentos Financeiros.....	17
11.2	Clientes e Utentes.....	17
11.3	Diferimentos.....	17
11.4	Outras contas a receber	18
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	18
11.6	Fundos Patrimoniais	18
11.7	Fornecedores.....	19
11.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
119	Outras Contas a Pagar.....	19
1110	Subsídios, doações e legados à exploração	20
1111	Fornecimentos e serviços externos.....	20
1112	Outros rendimentos e ganhos	20
1113	Outros gastos e perdas.....	21
1114	Resultados Financeiros.....	21
1115	Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

- 1.1 Designação da entidade: Santa Casa Misericórdia de Estombar.
- 1.2 Sede: Rua da Misericórdia n.º 36 Estombar.
- 1.3 Natureza de actividade: Apoio à terceira idade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida,

ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.



Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

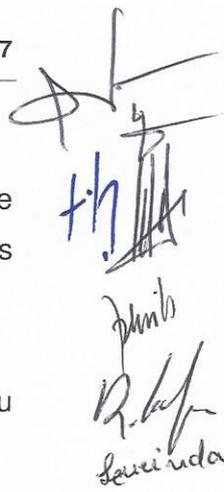
As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo



3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'f.h.', 'R. L.', and 'Receind...']

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

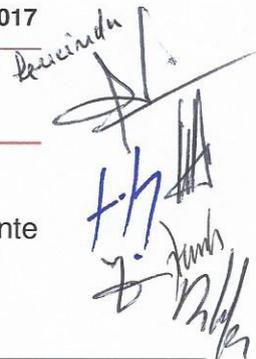
Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.561.630,69					1.561.630,69
Edifícios e outras construções	14.963,94					14.963,94
Equipamento básico	203.526,28					203.526,28
Equipamento de transporte	114.163,93					114.163,93
Equipamento administrativo	29.568,44	4.192,43				33.760,87
Outros Activos fixos tangíveis	28.253,09					28.253,09
Total	1.952.106,37	4.192,43	0,00	0,00	0,00	1.956.298,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	361.902,13	30.642,13				392.544,26
Equipamento básico	203.194,96	1.152,03				204.346,99
Equipamento de transporte	99.806,11	3.596,94				103.403,05
Equipamento Ferramentas	3.577,96	0,00				3.577,96
Equipamento administrativo	30.229,96	48,95				30.278,91
Outros Activos fixos tangíveis	23.292,59	0,00				23.292,59
Total	722.003,71	35.440,05	0,00	0,00	0,00	757.443,76

Misericórdia
 H.H.
 J.M.
 R.S.

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.561.630,69					1.561.630,69
Edifícios e outras construções	14 963,94					14 963,94
Equipamento básico	203 526,28	5.646,46				209.172,74
Equipamento de transporte	114 163,93					114 163,93
Equipamento administrativo	33.760,87					33.760,87
Outros Activos fixos tangíveis	28 253,09	2.066,28				30.319,37
Total	1.956.298,80	7.712,74	0,00	0,00	0,00	1.964.011,54
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	392.544,26	31.109,53				423.653,79
Equipamento básico	204.346,99	2.437,00				206.783,99
Equipamento de transporte	103.403,05	3.129,54				106.532,59
Equipamento Ferramentas	3 577,96	0.00				3 577,96
Equipamento administrativo	30.278,91	48.95				30.327,86
Outros Activos fixos tangíveis	23.292.59	0.00				23.292.59
Total	757.443,76	36.725,02	0,00	0,00	0,00	794.168,78

assinado


6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	25.235,71	0,00	0,00	36.741,43	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	25.235,71	0,00	0,00	36.741,43	0,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.751,00	239.262,52	0,00	1.570,00	212.345,22	0,00	3.567,88
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	2.751,00	239.262,52	0,00	1.570,00	212.345,22	0,00	3.567,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				240.443,52			210.347,34
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	338.339,95	325.619,22
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	338.339,95	325.619,22

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "49" e em 31/12/2016 foi de "49".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	602.728,60	556.390,21
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	117.882,06	105.127,05
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 655,64	4.615,59
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.414,49	2 036,66
Total	727.680,79	668.169,51

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1.770,80	1.417,55
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.770,80	1.417,55

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	25.507,75	24.901,15
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	25.507,75	24.901,15

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
	3.109,14	1.599,37
Total	3.109,14	1.599,37
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Receita' and other illegible markings.]

11.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	5.533,18	6.744,33
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	86.620,73	81.238,19
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	92.153,91	87.982,52

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	6.014,13	11.949,55
Depósitos à ordem	41.247,35	36.019,69
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	47.261,48	47.969,24

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	284.737,20	35.908,78	0,00	320.645,98
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	808.972,80	0,00	-23 339,00	785.633,80
Total	1 093.710,00	35.908,78	-23 339,00	1 106.279,78

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	37.713,39	33.207,93
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	37.713,39	33.207,93

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	25,60	25,60
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.990,07	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	6.015,67	25,60
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	6.187,00	6.461,96
Segurança Social	24.034,28	24.404,58
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	30.221,28	30.866,54

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		749,33		469,34
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		79.559,87		70.331,71
Total	0,00	80.309,20	0,00	70.801,05

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	425.539,65	420.311,78
Subsídios de outras entidades	386.151,79	339.767,40
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	811.691,44	760.079,18

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	272,81	357,85
Serviços especializados	98.022,61	88.824,20
Materiais	2.896,73	3.934,43
Energia e fluidos	65.735,53	68 480,85
Deslocações, estadas e transportes	821,36	1 083,65
Serviços diversos	47.577,57	54.910,89
Total	215.326,61	217.591,87

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	62.903,74	131.956,70
Total	62.903,74	131.956,70

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	5.562,38	5.460,75
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	186,50	768,23
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	4,65	0,00
Outros Gastos e Perdas	7.342,83	9.582,31
Total	13.096,36	15.811,29

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.963,18	3.387,57
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1.410,54	905,92
Total	3.373,72	4.293,49
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	2,79
Dividendos obtidos	0,00	0,62
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	3,41
Resultados Financeiros	-3.373,72	-4.290,08

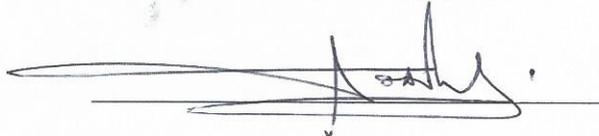
10.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estombar, 31 de Dezembro de 2016

○ Técnico Oficial de Contas



A Direcção



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTÔMBAR



Conselho Fiscal

De acordo com o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar, e demais legislação, o Conselho Fiscal desta Santa Casa da Misericórdia, no exercício das competências que lhe são atribuídas, como órgão de fiscalização, vem nos termos estatutários e legais, pronunciar-se sobre a apreciação e análise que faz ao Relatório de Atividades e às Contas da Instituição referentes ao exercício do ano de 2016.

A Mesa Administrativa prestou os esclarecimentos solicitados e pôs atempadamente todos os documentos à disposição do Conselho Fiscal.

Analisado todos os documentos agora apresentados a esta Assembleia Geral de Irmãos, nomeadamente, – Relatório de Atividades, Balanço, Demonstração dos Resultados Por Naturezas, Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas/Valências, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Anexo às Demonstrações Financeiras e todos os Mapas Contabilísticos, permitiu-nos a compreensão da atividade, situação económica e financeira da Misericórdia.

Depois de tudo visto, analisado e fiscalizado, o Conselho Fiscal faz uma avaliação positiva da atividade desenvolvida pela Instituição, pelo que dá o seu parecer favorável e aprova o Relatório de Atividades e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa.

Assim, nestes termos, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

PARECER

1. Propõe que seja aprovado o Relatório de Atividades e as Contas da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar relativas ao exercício de 2016.
2. Propõe que seja aprovado a Proposta da Mesa Administrativa da aplicação do Resultado líquido positivo do Exercício.

Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 31 de Março de 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL,

OS VOGAIS,



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTÔMBAR

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 22.º do Compromisso da Irmandade e, nos termos legais, convoco os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar para a reunião ordinária da Assembleia Geral, que terá lugar no próximo dia **31 de Março de 2017 (sexta-feira), pelas 20h30**, na Sede da Instituição, com a seguinte

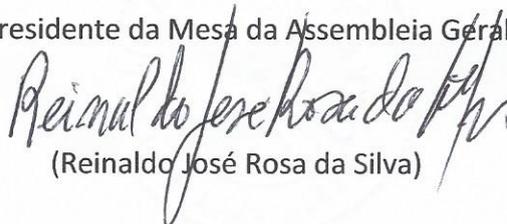
ORDEM DE TRABALHOS:

- 1. Leitura, apreciação e votação da Ata da Assembleia Geral anterior;**
- 2. Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do exercício do ano anterior e do Parecer do Conselho Fiscal (Órgão de Fiscalização);**
- 3. Outros assuntos julgados de interesse e admitidos pela Assembleia nos termos Estatutários.**

De acordo com o n.º 1 do art.º 24.º do Compromisso, se à hora marcada não estiver presente o número legal de Irmãos com direito de voto, a **Assembleia Geral** reunirá em segunda Convocatória, nos mesmos termos e, no mesmo local, **30 minutos depois**, com qualquer que seja o número de Irmãos presentes.

Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 17 de Março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,


(Reinaldo José Rosa da Silva)

Informação:

- Os serviços de tesouraria estarão disponíveis, imediatamente antes e depois da Assembleia, para recebimento das quotas dos Irmãos.
- Todos os documentos a apresentar à Assembleia estão disponíveis para consulta da Irmandade na Secretaria da Instituição.